

Revista GeoUECE

Programa de Pós-Graduação
em Geografia - ProPGeo

Universidade Estadual
do Ceará - UECE

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 -
Campus do Itaperi, Fortaleza/CE

Reflexões e proposições sobre o empreendedorismo social

**Emerson Dias de Oliveira
Vanessa Teixeira**

Citação: OLIVEIRA, Emerson Dias; TEIXEIRA,
Vanessa. Reflexões e proposições sobre o
empreendedorismo social. Revista GeoUECE
(Online), v. 5, n. 9, p. 48-66, jul./dez. 2016. ISSN
2317-028X.

REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES SOBRE O EMPREENDEDORISMO SOCIAL

REFLECTIONS AND PROPOSITIONS ON SOCIAL ENTREPRENEURSHIP

REFLEXIONES Y PROPUESTAS AL DESARROLLO SOCIAL

Emerson Dias de **OLIVEIRA**¹
cooperativismopopular@hotmail.com

Vanessa **TEIXEIRA**²
vanessateixeira1904@hotmail.com

RESUMO

A chamada sociedade pós-moderna está instituída em um contexto social de uma complexidade existencial, em que as relações sociais são envolvidas por lógicas, interesses e raciocínios deslocados totalmente do bem comum, uma ação arbitrária e particularizada que desconsidera toda e qualquer panorâmica presente no seu entorno, mesmo que ela represente uma pandemia de miserabilidade mundial dos indivíduos. Este trabalho consiste em fazer uma breve abordagem bibliográfica e histórica sobre as questões que permeiam a constituição do Empreendedorismo Social no Brasil, como forma de oportunizar a vez e a voz dos “invisíveis” socialmente, este estudo procura questionar o modelo de sociedade que se tem em curso atualmente. A totalidade vigente não pode se manter, é insustentável a concentração de riqueza nesse mundo moderno, cabendo às camadas menos abastadas socialmente se unirem para superar essa problemática e a academia de mostrar-lhes o caminho a ser trilhado nesse ambiente infestado por “predadores vorazes” do capital.

Palavras-Chave: Pós-moderna. Empreendedorismo Social. Capital.

ABSTRACT: The so-called postmodern society is instituted in a social context of an existential complexity, in which social relations are involved by logics, interests, and reasonings totally displaced from the common good, an arbitrary and particularized action that ignores any and all views present in its Environment, even if it represents a pandemic of global misery of individuals. This work consists of making a brief bibliographical and historical approach on the issues that permeate the constitution of

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL.

² Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Graduada em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENREO, campus de Guarapuava.

Social Entrepreneurship in Brazil, as a way of opportunizing the view and voice of the socially "invisible", this study seeks to question the model of society we have Currently under way. The current totality can not be maintained, the concentration of wealth in this modern world is unsustainable. It is up to the less socially well-to-do strata to unite to overcome this problem and the academy to show them the path to be screened in this environment infested by "voracious predators" Of capital.

Key-words: Postmodern. Social Entrepreneurship. Capital

RESUMEN: La llamada sociedad posmoderna se establece en un contexto social de una complejidad existencial, en la que las relaciones sociales están rodeados por la lógica, el razonamiento intereses y desplazados por completo el bien común, una acción arbitraria y particularizado que prescinde de cualquier presente panorámica en su entorno, incluso si representa una pandemia mundial de la miseria de los individuos. Este trabajo es hacer una breve literatura y el enfoque histórico de los temas que permean la creación de Emprendimiento Social en Brasil, con el fin de crear oportunidades de ver y la voz de la "invisible" socialmente, este estudio busca cuestionar el modelo de sociedad que tiene actualmente en curso. El total actual no puede mantener la concentración de la riqueza es insostenible en este mundo moderno, dejando las capas más pobres socialmente unirse para superar este problema y el gimnasio para mostrarles el camino que se proyectarán en este entorno infestado de "depredadores voraces" la capital.

Palabras-clave: posmoderna. Emprendimiento Social. Capital.

INTRODUÇÃO

Ao contrário de tempos históricos passados, estamos diante de uma organização do espaço em rede, que altera a forma e o conteúdo do mesmo, envolve, além do caráter material, as estratégias políticas de organização dos diferentes agentes sobre o território. Um cenário marcado por uma competitividade constante, incertezas econômicas e oscilações nas finanças públicas e privadas em que posicionam o capital com um centralismo sem precedentes na história humana, ocultando ou deslocando para segundo plano, os verdadeiros responsáveis e construtores do “dinheiro” - o trabalho e os trabalhadores.

Souza Neto (2016, p. 119) aponta que “como todo imperialismo, toda exploração, todo mercado, são apenas uma criação terrível [...], outro mundo é possível muito diferente desse nosso fetichizado mundo imaginário”. A

territorialização capitalista perpassa por um instante de tamanha desolação social que submete a própria instituição do Estado a se curvar diante dos interesses e ditames do mercado, um flagelo social sem igual que é impulsionado entremeio a um abundante exército populacional perversamente instruído como massa de manobra ideológica e mão-de-obra barata.

A legião de trabalhadores sobrantes em decorrência dos discursos difundidos pelo capital como: desenvolvimento, inovação, melhoria, modernidade entre outros argumentos que soam quase que de forma irônica nas análises dos pesquisadores sociais contemporâneos. Conforme expõem Miklós (2015, p. 118), “as empresas mais poderosas estão cada vez mais adquirindo outras (vide neoliberalismo e globalização). Essa tendência aumenta a concentração de poder econômico num mundo já crescentemente desigual entre países e dentro deles”.

Essa complexa relação está inserida no interior da chamada Terceira Revolução Industrial (robótica, automação e microeletrônica), a qual se apresenta na realidade social como um ambiente perfeito para todo e qualquer tipo da exploração capitalista sob o do binômio trabalho-trabalhador. Essa proeminência gerencial e exuberante do capital na sociedade neoliberal acaba por minimizar o papel do Estado e conseqüentemente retraindo e até aniquilar direitos sociais conquistados ao longo do tempo pela classe trabalhadora.

O enfraquecimento do primeiro setor (Estado) e arbitrariedade do segundo setor (mercado/empresas) entre diversas outras implicações e injustiças sociais, acabam por forçar a emersão das organizações populares e de autoajuda no campo e na cidade, ou seja, o terceiro setor (Empreendedorismo Social) o qual se evidencia através da iniciativa e identificação de sujeitos localizados, os chamados empreendimentos democraticamente geridos e com finalidades sociais.

O municiação funcional nas iniciativas sociais não se abrange do aspecto financeiro, seu envolvimento acontece através do capital social, o que se resume no esforço conjunto dos seus envolvidos. De acordo com Melo Neto & Fróes (2002, p. 93) o empreendedorismo social “exige uma sociedade civil forte, atuante, saudável e dinâmica, com grande potencial de capital social disponível”.

As adversidades conjunturais expostas à classe trabalhadora exige essa mudança de atitude organizativa. Assim,

[...] tanto o conceito como a prática do empreendedorismo social derivam de entendimentos e intenções frente à vontade de mudar o cenário causado pelos impactos de uma globalização de efeitos paradoxais, que ao mesmo tempo em que gera riqueza e ciência e tecnologia, também produz um gigantesco exército de famintos e excluídos, produzidos principalmente pela desigualdade social e econômica, marcada e acentuada pela concentração de renda e problemas sociais históricos, principalmente para os chamados países do terceiro e quarto mundo (OLIVEIRA, 2004, p. 58).

Observa-se, assim, a importância da prática do empreendedorismo social tanto como instrumento social e gerencial, isso porque, possui características que não é a geração de lucro, mas visam um bem coletivo comum, são os agentes de transformação no setor social.

Desse modo, o presente trabalho visa contribuir com a interpretação sobre o tema Empreendedorismo Social e sua importância para os integrantes marginalizados socioeconomicamente, possibilitando uma reflexão dos principais organismos de poder, o cenário social contemporâneo e os caminhos para a organização social e popular autogerida, no contexto econômico atual. A discussão, todavia, não busca esgotar as abordagens e apontamentos acerca do empreendedorismo social, uma vez que, este assunto ainda é recente no meio acadêmico-científico no Brasil.

Sob essa questão, no que se refere à delimitação e sua edificação prático-teórica, deve-se ter certos cuidados, ora visto que os autores da área são praticamente unânimes em afirmar que não existe consenso sobre a definição exata do termo nem das características do empreendedor.

Os procedimentos metodológicos que orientaram o trabalho se fundamentam de uma pesquisa bibliográfica, considerando que está enfocada na interação do debate acerca do empreendedorismo social como ferramenta de emancipação social dos sujeitos. Assim, o estudo teórico decorre da sistematização de material publicado em livros, periódicos, revistas científicas, jornais de fonte online disponíveis. Considerando o pequeno enfoque que o empreendedorismo social recebe quando comparado ao empreendedorismo empresarial, resultando,

aliás, de lacunas teóricas significativas e longe de uma consolidação e recorte conceitual definitivo, esta pesquisa possui um caráter e abordagem exploratório.

Nestes termos, mesmo concordando com pesquisadores como Raupp Beuren (2004, p. 80) que versa que esse tipo de pesquisa normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada, o estudo aqui produzido, mesmo investido de um caráter qualitativo, fundamenta elementos que corroborem na divulgação e debate acerca do empreendedorismo social e seu papel como garantidor da dignidade humana e do trabalho justo.

Para Richardson (1989), o modelo metodológico qualitativo possibilita delinear a complexidade de determinado problema, verificar a interação de algumas variáveis, compreender e rotular processos dinâmicos vividos por grupos sociais, mesmos nas suas singularidades e particularidades existências. Assim, é essencial na constituição de uma investigação científica para promover novas interpretações sobre a temática explorada e na compreensão da realidade do objetivo investigado, uma vez que se faz por consulta de vários autores e obras que subsidiarão a discussão, trazem alternativas explicativas e reflexões de determinados contextos históricos (CASTRO, PESSÔA, 2013).

Ciente da magnitude que essa problemática apresenta na atualidade, é de vital importância uma necessária e imediata intervenção da academia na discussão científica do setor. Construir instrumentos e métodos para um adequado assessoramento e incubação técnica dos empreendimentos sociais, considerando que nem sempre apenas a boa vontade de seus idealizadores não são capazes para garantir o sucesso de suas iniciativas empreendedoras.

Frente a essas questões levantadas, este artigo está dividido em três partes principais. Em uma primeira parte, estão apresentados os apontamentos e embasamentos conceituais acerca do empreendedorismo social, onde foi colocado o surgimento deste tipo organizativo, o seu desenvolvimento e o estágio atual deste no cenário contemporâneo. A segunda parte consiste em uma discussão que envolve a estruturação do sistema político e financeiro em vigor, inserindo nessa abordagem o papel da dignidade humana, pautando nos atuais contextos de exploração sociais delimitados e definidos no passado por uma elite capitalista. Por último, é analisada a banal condição social vivenciada pelas comunidades contemporâneas, deixando a

mostra o total abandono que a figura do Estado e do mercado tem dispensado no campo social, aparecendo desta feita, a organização dos empreendimentos sociais como uma inversão possível e racionalmente viável desta problemática.

EMPREENDEDORISMO SOCIAL

A economia mundial contemporânea caracterizada por uma falsa acessibilidade e homogeneização de bens e serviços aos consumidores, dominando uma hierarquização das decisões estruturais de mercado aliada a uma total desterritorialização das capacidades produtivas locais, demanda uma nova forma de organização social. Na configuração territorial brasileira, mesmo diante de uma vertiginosa transformação, com os intensos processos de industrialização e urbanização, permanece a essência dos problemas de subdesenvolvimento, não sendo superados alguns dos principais problemas socioespaciais.

Essa pendência tanto no cenário internacional como nacional exige proposituras que possam fazer frente e resistir aos processos de fagocitose do capital, decorrência da chamada era da globalização.

A resistência neste campo social só pode acontecer por intermédio dos empreendimentos sociais localizados, um processo que é pedagógico em virtude dos diversos erros, acertos, dificuldades e desafios que os líderes destas pequenas e isoladas iniciativas constroem, ajustado aos anseios de suas respectivas comunidades.

A discussão no campo do empreendedorismo, mantém vínculo com vários temas amplos (ambiente e desenvolvimento de regiões, por exemplo), o que o faz aparentar ser uma área de pesquisa caracterizada por uma complexidade e pela amplitude de suas possibilidades de desenvolvimento científico (BORGES; MONDO; MACHADO, 2016. p. 67). Partindo da noção geral de “empreendedorismo”, o pesquisador Peter Drucker (1986, p. 36) menciona que “em sociedade empreendedora, os indivíduos enfrentam um enorme desafio, desafio este que precisam explorar como sendo oportunidade: a necessidade por aprendizado e reaprendizado continuados”, fortalecendo a noção educacional que os

empreendimentos imprimem nos seus envolvidos, independentemente do formato organizativo escolhido.

Esse raciocínio permite inferir que a noção de empreendedorismo está diretamente relacionada aos processos de evolução e sobrevivência humana, fazendo-se presente desde os primeiros agrupamentos humanos quando dominaram e empregaram técnicas rudimentares como o domínio do fogo, invenção da roda e posteriormente o surgimento da escrita, tornando possível o ser humano perpetuar sua espécie no planeta. Assim, entendemos que o “empreendedorismo” é nato da raça humana e representou naquele momento a principal ferramenta do seu sucesso existencial.

Contudo, o aparecimento deste termo com um viés formalístico surge dentro da teoria econômica. Hébert & Link (1988) coloca que foi através do economicista Richard Cantillon, em 1755 na França, que fez uso inicialmente do termo francês *entreprendre* (empreender). O contexto referia-se ao risco de comprar algo por um determinado preço e vendê-lo em um regime de incerteza, ou seja, a função de assumir riscos que não podem ser segurados. Para Guimarães (2002), até por volta do século XVIII, o termo *entrepreneur* era geralmente usada relacionada a expedições militares e significava “assumir empreitada que exigia esforço e muito empenho”.

Essa abordagem científica do termo não poderia ser menos propícia, considerando as grandes transformações que o mundo passou posteriormente a esse período. O empreendedorismo se estabelece como uma validação e legitimação integralmente formatada aos anseios da apropriação capitalista, visto que ele exalta apenas o empreendedor de sucesso, citando receitas e fórmulas para maximização da individualidade empreendedora do capital.

Entretanto, esse modelo organizativo excludente da iniciativa individualista do capital possibilitou o surgimento de iniciativas antagônicas e até irracional a sua máxima ideológica, o “Empreendedorismo Social”. Esse conceito, ainda em construção, caracteriza-se metodologicamente em certos quesitos bem próximo ao empreendedorismo empresarial, divergindo abruptamente no quesito finalidade, visto que apresenta um forte apelo do bem estar social em suas motivações. Fucs (2008, p. 01) escreveu que “[...] é uma ironia que o espírito empreendedor,

fundamental para o sucesso do capitalismo, seja valorizado agora também na área social”.

Conforme Parente (2014), o empreendedorismo com sua abordagem balizada no viés social aparece nos Estados Unidos da América na década de 1980, principalmente nas áreas da economia e gestão. Mas é somente na década de 1990 que o conceito de “Empreendedor Social” se torna mais recorrente nos discursos acadêmicos e políticos.

No Brasil, a designação Empreendedorismo Social é recente. Quintão (2004) menciona que essas iniciativas aparecem após 1990, podendo-se afirmar que atualmente encontra-se em emergência prática e teórica, considerando o fervilhar das iniciativas populares em várias regiões do país. Suas características principais permitem desenvolverem-se em vários campos de atividade, assumindo a forma empresarial com especificidades de natureza jurídica, institucional e organizacional. São empresas privadas que não priorizam a obtenção de lucro e sim a preocupação em resolver os problemas da sociedade em geral.

Embora não se tenha uma definição precisa do empreendedorismo social, existe um consenso quanto às atividades desenvolvidas por essas iniciativas. Suas tarefas votam-se para a busca por soluções para os mais diversos problemas sociais, apresentando-se como um agente ativo e transformador dos valores da sociedade (SILVA, 2008). Assim, é visível a coexistência de elementos econômicos e sociais que alinham para garantir a emancipação e cidadania de seus envolvidos.

Segundo o pesquisador Melo Neto; Froes (2002) existe uma diferença entre o empreendedorismo privado e o empreendedorismo social, o primeiro é individual, produz bens e serviços para o mercado, tem o foco no mercado, sua medida de desempenho é o lucro, visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio. Já o Empreendedorismo social é o seu oposto, isto é, o autor destaca que é coletivo, produz bens e serviços para a comunidade, tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais, sua medida de desempenho é o impacto social, e visa resgatar pessoas da situação de risco social (MELO NETO; FROES, 2002).

Oliveira (2004) acredita que o empreendedorismo social se apresenta como um conceito em construção, mas com características teóricas, metodológicas e

estratégicas próprias, sinalizando diferenças entre uma gestão social tradicional e uma empreendedora. Apesar da dificuldade de conceituação do empreendedorismo social, alguns autores já debatem esta temática com significativa consistência teórica. Oliveira (2008, p. 170) discorrendo do assunto coloca que é:

Uma arte e uma ciência, um novo paradigma e um processo de inovação em tecnologia e gestão social, e um indutor de auto-organização social para o enfrentamento da pobreza, da exclusão social por meio do fomento da solidariedade e emancipação social, do desenvolvimento humano, do empoderamento dos cidadãos, do capital social, com vistas ao desenvolvimento local integrado e sustentável.

O autor afirma que essa iniciativa se destaca pela busca não do lucro, mas de melhorias sociais. Uma lógica paralela que se dá no lugar, sendo este o fator preponderante para a singularidade conceitual do empreendimento social, visto que cada localidade no território apresenta a sua particularidade e conseqüentemente exige-se uma abordagem e investimento distinto, enviesado nas suas respectivas características quando da implementação de iniciativas empreendedoras desta envergadura.

De maneira geral, apesar do fator mercado se impor em todos os setores e inclusive nos empreendimentos sociais, estes últimos com frequência não se submetem às regras mercadológicas. O valor de suas ações apresentam caracteres intangíveis, objetivando proporcionar condições de vida digna para aqueles que foram renegados pela sociedade, ou seja, é possibilitada uma ação ativa e participativa por parte de todos os sujeitos, os quais se submetem a deveres e obrigações previamente acordados no empreendimento social.

A DIGNIDADE HUMANA EM RISCO NO SISTEMA CAPITALISTA

A relatividade dos parâmetros, valores e sentidos dos indivíduos integrantes da sociedade contemporânea é latente, pois se vive um tempo em que tudo é valorizado com uma simplicidade que acabam intimidando as análises e reflexões mais intensas acerca do comportamento e organização social atual. Neste sentido, a

dignidade humana torna-se evasiva e desconexa de costumes tradicionais e antigos, considerando que a máxima vigente impõe uma compartimentação excessiva de todos os movimentos e atos imagináveis da vida humana.

As apreensões analíticas que envolvem os sujeitos de direito no mercado de trabalho apresentam esse caráter eminentemente complexo e denso em decorrência das infinitas variáveis que se atrelam na sua conjuntura existencial. Assim, tratar de organizações empreendedoras, exige uma criteriosa e cuidadosa avaliação integrada, visando não discorrer em debates superficializados e distantes dos objetivos propostos no seu respectivo estudo.

Apesar da dignidade representar um “valor intrínseco a cada ser humano, independente de qualquer condição, que não é dada pelo Direito e muito menos concedida por este, ou seja, é mesmo um atributo que se sobrepõe ao próprio Direito” (DANTAS, 2012, p. 97). Tal realidade está estrondosamente distante desta utopia no interior dos empreendimentos econômicos contemporâneos, os quais estão desde a década de 1970 inseridos num sistema econômico conhecido como neoliberalismo.

Esse cenário produziu um contexto socioeconômico que praticamente ignora e desconsidera termos como igualdade social, dignidade humana, ao acesso a serviços públicos entre outras. De acordo com o autor Fernando Nogueira da Costa (2016), o cenário brasileiro está caracterizado com 5% dos mais ricos detendo 28% da renda total e da riqueza, sendo que o 1% dos declarantes mais ricos acumulam 14% da renda e 15% da riqueza. E os 0,1% mais ricos detêm 6% da riqueza declarada e da renda total. Assim, como é possível discorrer dessas falácias se a divisão da riqueza ocorre de forma tão desproporcional, isso para não entrar no mérito de diversos outros indicadores sociais.

Corroborando com essa ideia, Dantas (2012) complementa a inexistência da igualdade de direito social ao considerar que vivemos uma

[...] sociedade capitalista que concentra renda, exclui as pessoas, não permite que haja igualdade e uma melhor distribuição de renda. Então a razão estrutural é esta: uma sociedade que visa ao lucro, e o lucro acontece junto com o acúmulo de riqueza e de renda (DANTAS, 2012, p. 102).

França (2014) discorrendo da compreensão social marxista de que a produção da riqueza é coletiva, mas sua apropriação é privada, traz à tona diversas reflexões sob que modelo de sociedade de busca e planeja, visto que o atual cenário está bem próximo de um colapso social. O domínio das grandes corporações no mercado, a extrema precarização do trabalho, a concentração da renda, a burocratização de acesso aos serviços públicos por parte dos setores menos abastados da sociedade são algumas das realizações insustentáveis que colocam em xeque as estruturas e instituições instauradas.

Assim, cumpre estabelecer alguns questionamentos significativos: Como um mundo tão “desenvolvido” vivencia uma crescente pobreza de sua população? Qual o tamanho da “satisfação” financeira do homem? Qual a participação efetiva da população nas decisões mundiais? Qual o grau de soberania existente na atual sociedade? Esses apontamentos permitem refletir numa escala ampliada os impactos que o modelo social vigente infere no cotidiano dos seres humanos das diferentes classes sociais.

O retorno destes questionamentos anteriores são os mais perversos possíveis e perfeitamente inteirados por toda sociedade. Nesse caminho, pondera Karl Marx

O descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento das minas da população aborígine, o começo da conquista e o saque das Índias Orientais, a conversão do continente africano em campo de caça dos escravos negros: são todos fatos que assinalam a alvorada da era da produção capitalista (grifo nosso), (MARX, 1868 apud GALEANO, 2010, p. 49).

São verdadeiras contradições sociais que se apresentam como condicionantes e fatos do mundo real, o qual presunçosamente se intitula de sociedade pós-moderna. Um pós-modernismo que se consolidou e constitui-se através da incessante expropriação, expulsão e exploração dos desvalidos socialmente. É com este espírito elitista, racista, xenófobo, homofóbico e machista que a história de todos foi e continua sendo desenhada, um mundo construído e

registrado como a história de poucos (das elites e oligarquias, dos europeus, dos governantes).

Esse contexto é abordado com uma propriedade singular pelo sociólogo Zygmunt Bauman (2007), quando o autor traz a discussão de “Sociedade Líquida”. Esse conceito surge como um substitutivo da pós-modernidade, em que esta última se tornou muito mais ideológica do que um tipo de condição humana. A sociedade líquida aparece então desvincilhada de qualquer tipo de raciocínio, de utopias, ou seja, um objeto inanimado que não pensa em longo prazo, não consegue traduzir seus desejos em um projeto de longa duração e de trabalho duro e intenso para a humanidade. Enfim, é uma vida precária, em condições de incerteza constante.

O autor Zygmunt Bauman (2007) compreende que o término das acepções utópicas descaracteriza o caráter reflexivo sob a sociedade e, por consequência, a perda da noção de progresso como um bem que deve ser partilhado. A máxima imposta se expressa na busca do prazer individual, sendo este o fim último da sociedade líquida, em que o homem se despersonaliza e é caracterizado como um objeto a ser usado (explorado), para, em seguida, ser descartado por outrem artefato “homem”, naturalmente repostos por modelos análogos.

Apesar de Bauman (2007) materializar de forma bastante transparente e incisiva os reflexos colaterais da sociedade líquida com seu profundo mal-estar existencial, ele também remediou as ações a serem realizadas com a finalidade de superar os efeitos deletérios da fragilidade de valores da era atual. Suas análises perpassam e pulverizam os campos envolvidos pelos empreendimentos sociais, uma vez que o autor aponta a valorização da qualidade intrínseca de cada pessoa, independentemente das circunstâncias externas da moda e do consumismo como uma das ferramentas da emancipação social das pessoas.

Dando continuidade em sua reflexão, o autor Bauman (2007) menciona que é indispensável à existência de empenhos efetivos para a formulação e o resgate da concepção ética dos sujeitos e o seu redor vivencial, a comumidade (comunidade) deve ser restabelecida. A sustentabilidade social perpassando pelos eixos econômico, ambientais, sociais e a igualdade dos sujeitos tidos como símbolos necessários a boa convivência humana se desponta como o cerne estrutural de uma

sociedade concreta e dotada de singularidades voltadas para os seus respectivos localismos.

DIREITO SOCIAL: UMA BANALIDADE NO COTIDIANO CONTEMPORÂNEO

Ao considerar os comportamentos midiáticos e oportunistas vigente atualmente, caracterizado pelos discursos inflamados e efusivos em contrassenso colossal de suas respectivas práticas, fica perfeitamente visível que os chamados direitos sociais são ilusórios. Os indivíduos são consensualmente ordenados no meio social sob o comando de uma minoria elitista com entendimento e comportamento bastante próximo aos “senhores de engenho” do Brasil Colônia.

A ministra do Supremo Tribunal Federal do Brasil Carmem Lúcia Antunes Rocha elaborou uma panorâmica analítica bastante interessante dos “subhomens” do país na era pós-moderna, ou seja, é tanta modernidade que acaba não sobrando o mínimo de espaço para a ampla maioria da população brasileira,

No Brasil, esse princípio constitucionalmente expresso [a dignidade da pessoa humana] convive com subhomens empilhados sob viadutos, crianças feito pardais de praça, sem pouso nem ninho certos, velhos purgados da convivência das famílias, desempregados amargurados pelo seu desperdício humano, deficientes atropelados em seu olhar sob as calçadas muradas sobre a sua capacidade, presos animalados em gaiolas sem porta, novos metecos errantes de direitos e de Justiça, excluídos de todas as espécies, produzidos por um modelo de sociedade que se faz mais e mais impermeável à convivência solidária dos homens (ROCHA, 2011).

A questão fica ainda mais intrigante quando se percebe que, mesmo com todas essas “anomalias sociais”, coexistindo por séculos no interior das sociedades humanas ditas de racionais (que está no topo da cadeia alimentar e coloca-se soberana e melhor que os demais seres vivos). Soando assim, de modo natural e legítimo no seio social, contradizendo totalmente a colocação do filósofo grego Aristóteles soletrado por Ruy Barbosa que “regra da igualdade não consiste senão em tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desiguam” (GONZAGA, 2009, p. 03).

Valores como a equidade é quase que desconhecido nas atuais políticas públicas e privado de planejamento organizacional, refletindo em conflitos prático-ideológicos inteiramente deslocados da história e geografia dos lugares.

Nestes termos, sabedor do total desprezo que o Estado e as instituições empresariais direcionam para o meio social, cabe à própria sociedade se organizar com o intuito de fazer valer seus direitos de acesso ao emprego, comércio e educação justa, além de todos os demais direitos com a garantia mínima de qualidade dos serviços. Essa possibilidade foi visualizada quando as camadas socialmente excluídas perceberam que independentemente da sua própria condição descapitalizada e desprovidas dos meios de produção, eles são detentores do elemento essencial no processo de geração da riqueza capitalista – o trabalho.

Assim, em decorrência da exploração e inacessibilidade de uma justa divisão do resultado do trabalho (mais valia), os trabalhadores perceberam que em conjunto eles poderiam juntar forças necessárias para se inserirem no mercado. França (2014) completa essa noção ao colocar que independente da forma como se dá o empreendimento;

O trabalho continua a ser o eixo fundamental da sociabilidade humana; a dimensão capaz de criar uma natureza humana, isto é, a atividade capaz de nos tornar seres portadores de uma natureza diversa da dos outros seres naturais (animais, aves e insetos) que, não obstante, desenvolvem trabalho com níveis diversos de sofisticação no âmbito do mundo natural (FRANÇA, 2014, p. 2553).

A autora continua sua reflexão apontando que a satisfação das necessidades humanas sempre constituiu a condição fundamental de toda a história, sendo que a construção histórica que deveria pautar-se na lógica do suprimento das necessidades humanas, sempre careceu do trabalho para a sua efetivação (FRANÇA, 2014). Esse momento apareceria como o instante em que o homem estreita suas afinidades com a natureza e com outros homens.

Esse modelo econômico paralelo e antagônico ao modelo vigente atualmente, tem como caracter central a solidariedade e a autogestão dos empreendimentos, uma arquitetura organizacional em que o trabalho como direito social é efetivamente valorizado e recompensado de maneira justa. Alguns

pesquisadores chama de economia solidária este estilo singular de fazer as transações trabalhistas e de comércio, a qual “[...] possui uma visão antagônica do sistema capitalista e contrapõe a sua lógica. O seu norte principal é a promoção da cooperação ao invés da competição” (DE OLIVEIRA, 2013, p. 39).

A realidade da economia solidária no Brasil se aproxima profundamente dos contextos político-econômicos do país, considerando que somente após a promulgação da constituição de 1988 o movimento tomou um rumo mais efetivo no cenário nacional. Após um penoso período de restrição de direitos sociais por parte do Estado (ditadura militar), o país entra em um estágio extremamente fértil para o crescimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, principalmente após a ascensão de representantes políticos com planos de governos com caracteres políticos de esquerda.

Entretanto, após a crise financeira em escala mundial em 2008, o sistema neoliberal fez valer sua verdadeira face de exclusão de direitos sociais. Contudo, essa crise deve ser vista como um auge de um padrão de crises financeiras que se tornaram mais frequentes e mais profundas ao longo dos anos, desde a última grande crise do capitalismo de 1970 e início de 1980 (HARVEY, 2011). Houve muitas crises financeiras “ao redor do mundo desde 1973, em comparação com muito pouco entre 1945 e 1973, várias dessas foram baseadas em questões de propriedade ou desenvolvimento urbano” (HARVEY, 2011, p. 14)

Para Oliveira (2015) o neoliberalismo tem sido uma espécie de releitura atualizada do liberalismo a partir das concepções econômicas neoclássicas, trata-se de uma determinada visão social do capitalismo a partir da ótica dos capitalistas, portanto, da burguesia. Completa, que “tornou-se um conjunto de ideias capitalistas de políticas e economia fundadas principalmente na não participação do Estado na economia e, na liberalização total do comércio (mercado livre) em nível mundial” (OLIVEIRA, 2015, p. 230).

Harvey (2011, p.16) explica que o neoliberalismo refere-se a um projeto de classe que surgiu na crise de 1970, na qual mascara por muitas retóricas sobre a “liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre mercado e livre comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista” . No capitalismo o

desenvolvimento é uma falácia que não permite o bem-estar social, mas a concentração de capital e exclusão social. Assim, trata-se em entender, como expôs Harvey (2011, p.8) que “o capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalista, espalhando-se as vezes como um filete e outras como inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado”.

A compreensão deste teatro encenado pelo capital resulta e busca um formato de pobreza mais infeliz possível, ele precisa de acesso a fontes de trabalho mais barato e mais dóceis dos sujeitos. Neste sentido, França (2014) destaca que;

A pobreza não é resultado apenas da ausência de renda, mas se articula a fatores, como o acesso precário aos serviços públicos e, especialmente à ausência de poder. A exclusão se vincula às desigualdades existentes e, especialmente à privação de poder de ação e representação (FRANÇA, 2014, p. 2554).

A ausência intencional dos poderes que estão articulados ao sentido de poder de representatividade dessa camada social, onde os outros poderes (Estado, mercado capital] sobrepõem ou em alguns casos entram em conflitos. Os sujeitos explorados socialmente, uma situação em que as barreiras “intransponíveis” do capital recebem um enfoque totalmente adverso, ou seja, usa-se o ponto forte do capital como seu ponto mais fraco – a abundância de braços (trabalho), que através da solidariedade e autoajuda é garantido o mínimo de direito aos seus integrantes.

Assim, sabedor que o processo de luta das iniciativas de cunho popular e solidário se expressa como lições de sociabilidade e que a concentração de esforços distintos numa mesma finalidade fortalece as troca de experiências, é o instante de esses movimentos retomarem e intensificarem ações mais efetivas de emancipação social. Enfim, os meios de superação da exploração capitalistas estão dados: o trabalho abundante, o capital através da autoajuda e as técnicas administrativo-operacionais disponibilizadas nos centros acadêmicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos teóricos e as reflexões apresentadas até aqui comportaram as verificações possíveis no interior da iniciativa de cunho popular e solidário, tendo como objeto as iniciativas impenetradas pelos empreendimentos sociais. Esse tipo peculiar de iniciativa socioeconômica contraditória aos modelos tradicionais empreendidos no mercado representa uma resposta conjuntural que as iniciativas isoladas no meio social expressam como forma de resistir e lutar contra a lógica do capital.

Apesar dos empreendimentos sociais terem sua maior incidência no meio urbano, eles também ocorrem no setor rural na forma de associações, cooperativas e outras iniciativas de ajuda mútua para fazer frente ao capital agrário. Os caminhos metodológicos de sua construção e funcionalidade serão sempre diferenciados, independente do lugar em que se dão os empreendimentos sociais, o que se repete é unicamente a finalidade destes, o qual se volta para o fortalecimento e crescimento das pessoas investidas nas respectivas iniciativas empreendedoras solidárias.

Mesmo sabendo que existem diversas linhas teóricas sob as iniciativas do empreendedorismo social, o viés deste estudo não buscou ficar delimitando a esta ou aquela postura teórica, visto que o foco teve-se no sentido de instigar um pensamento crítico no campo da Geografia nos interessados pela temática. Assim, uma forma de inculcar em suas práticas o interesse por contornar as barreiras do mercado com a iniciativa conjunta em suas localidades, ou seja, se fazer identitário no seu território vivencial através de empreendimentos autogeridos socialmente.

Nestes termos, os centros de ensino aparecem como um significativo aliado no sentido de acordar as comunidades para os circuitos econômicos possíveis em suas localidades, uma teorização que vai além do fator criação de emprego, pois a dignidade humana só é efetiva quando se compreende e entende a própria condição humana. Assim, dialogar as mazelas sociais e os mecanismos de sua criação (capitalismo perverso) apresenta-se como uma ferramenta de abrangência maior no dia-a-dia dos sujeitos, pois de nada adianta a existência dos empreendimentos sociais sem uma efetiva incubação ideológica de sua razão de ser.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Emerson Dias; TEIXEIRA, Vanessa. Reflexões e proposições sobre o empreendedorismo social. Revista GeoUECE (Online), v. 5, n. 9, p. 48-66, jan./jun. 2017. ISSN 2317-028X.

BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

BORGES, W. J; MONDO, T. S.; MACHADO, H. P. V. A influência do meio sobre o empreendedorismo a partir das dimensões normativa, regulativa e cognitiva. Pretexto, Belo Horizonte, v 17, n2, p. 66-80, 2016.

COSTA, F. N. Blog Brasil Debate. A inacreditável concentração de renda e riqueza no Brasil, 05 set. 2016. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/a-inacreditavel-concentracao-de-renda-e-riqueza-no-brasil/>. Acesso em: 03 dez. 2016.

DANTAS, A. K. F.. Dignidade da pessoa humana e extrema pobreza: elementos para um debate acerca da democracia brasileira. Revista UNI / Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão. v. 2, p. 95-107, 2012. Disponível em: http://www.unisulma.edu.br/Revista_UniEd2_Dantas6.pdf. Acesso em: 03 dez. 2016.

DE OLIVEIRA, E. D. Estudo sobre a viabilidade e aplicação do conceito de cooperativas populares: O caso da COCAMP. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2013.

DRUCKER, Peter. Inovação e Espírito Empreendedor (Entrepreneurship): práticas e princípios. São Paulo: Pioneira, 1986.

DRESCH, J. Reflexões sobre a Geografia. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 1, p. 207-214, mês. 2016

FRANÇA, Wanderilza Lourdes. Trabalho e Exclusão Social: Uma análise sobre a precarização do trabalho da mulher negra no mundo do trabalho. XVIII Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero. Universidade Federal de Pernambuco (UFRP), Recife/PE, 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/view/2307>. Acesso em: 04 dez. 2016.

FUCS, J. A nova face da filantropia. Revista Época. Editora Globo S/A. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI10031-15245-2,00A+NOVA+FACE+DA+FILANTROPIA.html>> Acesso em: 30 nov. 2016.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GONZAGA, Álvaro de Azevedo. O Princípio da Igualdade: é juridicamente possível no ordenamento jurídico existirem leis discriminatórias? Revista Scientia FAER, Olímpia - SP, Ano 1, Volume 1, 2º Semestre. 2009.

GUIMARÃES, L. O. A experiência universitária norte-americana na formação de empreendedores. Tese (doutorado em Administração) Fundação Getúlio Vargas, 2002.

HARVEY, David. O Enigma do Capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011

HÉBERT, R.F.; LINK, A. N. The entrepreneur – mainstream views & radical critiques. New York: Praeger, 1988. In: GUIMARÃES, L.O. (2002) A experiência universitária

norte-americana na formação de empreendedores. Tese (doutorado em Administração) Fundação Getúlio Vargas.

MELO NETO; Francisco de Paulo de; FRÓES, César. Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MIKLÓS, A. A. W. O homem e a terra: solidariedade na vida econômica. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 109 - 127, 2015.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios: notas introdutórias. Revista da FAE, v. 7, p. 9-18, 2004.

_____. Empreendedorismo social: da teoria à prática, do sonho à realidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015.

PARENTE, Cristina (coord.) (2014), Empreendedorismo Social em Portugal, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Consultado a 06-01-2015. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12386.pdf>

QUINTÃO, C. Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego. Seminário “Trabalho social e Mercado de Emprego”; Painel Políticas Sociais e Mercado de Emprego Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto, 28 de Abril de 2004.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 76-97.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social. Disponível em: www.ego.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32229-38415-1PB.pdf. Acesso em 19 nov. 2016.

SILVA, Paulo Cezar Ribeiro da. Práticas sustentáveis de empreendedorismo social, 2008. Disponível em: http://www.craes.org.br/arquivo/artigoTecnico/Artigos_Praticas_sustentaveis_de_empreendedorismo.pdf. Acesso em: 02 de. 2016.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. ONDE É QUE ESTÃO. Revista da Casa da Geografia de Sobral, edição especial, v. 18, n. 2, p. 118-119, 2016.

VERGARA, Sylvia C. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2005.